



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

Sessão Solene Comemorativa do L Aniversário do 25 de Abril

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

Às 11 horas e 33 minutos, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes

—, o Primeiro-Ministro, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Presidente do Tribunal Constitucional, dois Secretários da Mesa da Assembleia da República, o Secretário-Geral da Assembleia da República, o Chefe do

Protocolo do Estado, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, a Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, o Chefe da Casa Civil do Presidente da República e a Diretora de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a Procuradora-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora de Justiça, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, em representação do respetivo Presidente, o Presidente do Governo Regional dos Açores, os Conselheiros de Estado Maria Leonor Bezeza e António Sampaio da Nóvoa, e os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas.

Encontravam-se ainda presentes: Na Tribuna A, a mulher do Primeiro-Ministro, Dr.^a Carla Montenegro, o antigo Presidente da República Ramalho Eanes e mulher, Dr.^a Manuela Eanes, o antigo Presidente da República Aníbal Cavaco Silva e os antigos Presidentes da Assembleia da República Mota Amaral, Jaime Gama e mulher, Dr.^a Alda Taborda, Maria da Assunção Esteves e Eduardo Ferro Rodrigues e mulher, Dr.^a Maria Filomena de Aguiar, os antigos Primeiros-Ministros Francisco Pinto Balsemão, José Manuel Durão Barroso e mulher, Dr.^a Joana Gonçalves, e o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas Carvalho;

Na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, a Presidente do Conselho Económico e Social, o Presidente da Associação Nacional de Freguesias, a Chanceler das Ordens Honoríficas Portuguesas - Conselho das Ordens Nacionais, o Vice-Presidente do Tribunal Constitucional, Juízes Conselheiros do Tribunal

Constitucional, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Patriarca de Lisboa, o Presidente e membros da Comissão de Liberdade Religiosa, a Direção e membros da Associação dos ex-Deputados da Assembleia da República, e ex-Conselheiros da Revolução, a Direção e membros da Associação 25 de Abril;

Na Galeria III, Secretários de Estado;

Nas Galerias IV a VI, público convidado;

Na Tribuna C, os Adjuntos do Secretário-Geral da Assembleia da República, os Assessores do Presidente da Assembleia da República e os Chefes de Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, dos Grupos Parlamentares e dos Deputados únicos representantes de um partido;

Na lateral da Tribuna A, o Auditor Jurídico e os Diretores de Apoio Parlamentar, de Informação e Cultura, Administrativa e Financeira, de Tecnologias e Informação, de Controlo e Auditoria e da Divisão de Apoio ao Plenário da Assembleia da República;

Na Tribuna D, os representantes dos órgãos de comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Rocha](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Pedro Nuno Santos](#) (PS) e [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa).

A sessão foi encerrada eram 13 horas e 34 minutos, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado, de novo, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

Após ter sido constituída a Mesa, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, declaro aberta a nossa Sessão Solene Comemorativa do L Aniversário do 25 de Abril.

Eram 11 horas e 33 minutos.

Vamos passar às intervenções. Aproveitando para saudar todos os presentes, vou começar por dar a palavra à Sr.^a Deputada do PAN, para uma intervenção.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ex.^{mo} Sr. Presidente da República, Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República, Ex.^{mo} Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Estimados Capitães de Abril, Ilustres Convidados, Altas Autoridades, Distintos Convidados e comunicação social presente: Na noite de 24 de Abril de 1974, pelas 23 horas e 55 minutos, a rádio dava o sinal para a liberdade — o momento em que a música da liberdade ecoou pelas casas e ruas do nosso País guiando-nos para um futuro de esperança e de democracia, desafiando-nos a deixar de ter medo de sonhar, de querer e de lutar.

A música que tocou inspirou-nos, e inspira, a lutar pela liberdade, por melhores condições de vida, pelos direitos humanos e pela justiça social. Deixou-nos um legado que hoje assume uma nova dimensão perante os grandes desafios do nosso tempo, como as guerras, que continuam a marcar a vida das pessoas, e a luta pelos direitos humanos; as alterações climáticas que desafiam o nosso estilo de vida e nos convocam para proteger o planeta; ou a ascensão de forças políticas que põem em causa os direitos humanos e nos levam a acarinhar e proteger a democracia.

À medida que ouvimos a música que hoje toca, somos confrontados com uma realidade que nos preocupa profundamente, que se espalhou pela Europa e que hoje se espalha por Portugal, casa a casa, rua a rua. Os direitos conquistados, aos poucos e subtilmente, estão a ser postos em causa. Não apenas os direitos humanos, das mulheres, dos mais vulneráveis, mas também os direitos dos animais e o respeito pela natureza.

A Revolução de Abril é também a revolução da empatia. Uma revolução que exige que nos ergamos em defesa desses direitos, que nos tornemos capitães e capitãs de Abril, defensores da liberdade e da dignidade de todos os seres vivos, sem exceção.

É também chegada a hora de uma nova música, desejada por tantas e por tantos. Uma música que leve Abril à natureza, que nos leve em direção a um futuro promissor para todas e todos, uma revolução que trave o declínio da biodiversidade, que promova a abolição de atividades cruéis para com os animais e o direito a viverem em liberdade no seu *habitat* natural, porque cuidar da natureza — não tenhamos ilusão — é cuidar dos direitos humanos, uma velha máxima de Abril que tem de ser hoje renovada. É hora de sintonizarmos uma nova música da liberdade, de nos erguermos contra aqueles que procuram silenciar a voz de Abril.

Não podemos permitir que, volvidos precisamente 50 anos do 25 de Abril, se silencie a voz e o caminho do progresso e se veja incutir novamente a cultura do medo — do medo pela perda dos direitos que nós, mulheres, conquistámos desde Abril ou dos direitos que garantem igualdade e inclusão, sem exceção, relativamente a qualquer pessoa.

Não podemos permitir que construam trincheiras e alimentem a ideia de que temos de ser uns contra os outros num país que sempre foi um país inclusivo e de multiculturalidade. Abril deu-nos o direito de viver desassombrados do medo. Cantemos, por isso, Abril e não deixemos que nos tirem a liberdade e a esperança de sonhar e acreditar numa sociedade melhor para todas e para todos, sem exceção.

Não podemos deixar que a música da liberdade pare e que a voz de Abril fique silenciada, mas antes garantir que palavras como as de Sofia de Mello Breyner continuam a ecoar, emergindo da noite e do silêncio, e que livres habitamos a substância do tempo, hoje e nos 50 anos que ainda hão de vir.

Sabemos que, perante os grandes desafios que Portugal e o mundo enfrentam, haverá sempre aqueles que procuram silenciar a voz de Abril, mas, Distintos Convidados, o poder de manter viva a chama e a música de Abril está em todas e todos nós.

Contam com o PAN para continuar a cantar, com novas estrofes, a música de Abril e lutar por um País que respeite sempre as pessoas, os animais e a natureza.

Aplausos do PS, do BE, do L e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Nuncio, em representação do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: Hoje assinalamos o 25 de Abril, uma Revolução que aconteceu há 50 anos e derrubou o Estado Novo, e que deve ser saudada por isso.

O 25 de Abril acabou com um regime onde não havia eleições livres, onde não havia liberdade de imprensa e onde se prendiam pessoas por razões políticas e deve ser especialmente saudado por isso. O 25 de Abril permitiu a aproximação e a adesão de Portugal à Europa, patamar de prosperidade que ambicionamos. A Revolução também colocou um termo na guerra em África, com elevados custos humanos e vidas destruídas, mas também famílias abandonadas, à sua sorte, em resultado de um desastroso processo de descolonização.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — No CDS, saudamos a excepcional capacidade que Portugal e os novos Estados lusófonos tiveram, em apenas meio século, para reinventar o seu relacionamento, sedimentar uma nova proximidade e estabelecer muitos e bons interesses comuns.

A lusofonia é hoje uma dimensão importante de todos os membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). No CDS, queremos desenvolver a matriz lusófona, que complementa e acrescenta à dimensão europeia de Portugal, mas, no CDS, não sentimos necessidade de visitar heranças coloniais, não queremos controvérsias históricas nem deveres de reparação, que parecem importados de outros contextos fora do quadro lusófono.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — A história é a história, e o nosso dever é o futuro, construído e alicerçado entre Estados soberanos, espalhados pelos quatro continentes, sem discriminações ou preconceitos, entre hemisférios norte e sul e desde o Ocidente ao Oriente.

Vozes do CDS-PP e do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Nestes 50 anos em que Portugal progrediu muito, queremos, também hoje, assinalar quatro lições aprendidas na nossa democracia.

Portugal não mudou de regime para ser um Estado insolvente. Nos últimos 50 anos tivemos três bancarrotas, a última há pouco mais de 10 anos. O CDS saúda, por isso, o possível consenso, hoje alcançado entre os partidos do arco da governabilidade, sobre a necessidade de ter contas públicas equilibradas e sustentáveis para proteger as famílias portuguesas e defender as novas gerações.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Portugal não mudou de regime para ser hoje um dos países comparativamente mais pobres da União Europeia. Nos últimos anos, os portugueses viram o seu nível de vida alcançado e ultrapassado por vários Estados europeus. Nos últimos tempos, Portugal tem vindo a empobrecer todos os anos, caminhando para a cauda da Europa.

O CDS saúda, por isso, a ambição do novo Governo de colocar Portugal no pelotão da frente da Europa, realizando as reformas estruturais necessárias que permitam um Estado mais eficiente, que cobre menos impostos e que preste melhores serviços públicos, diminuindo desigualdades e promovendo a mobilidade social.

Portugal não mudou de regime para ter a taxa de emigração de jovens mais elevada da Europa, uma das maiores do mundo. Nos últimos anos, a emigração jovem atingiu um nível recorde — com 30 % dos jovens nascidos em Portugal a viverem fora do país —, e os que não emigram enfrentam uma taxa de desemprego que ultrapassa os 20 %.

O CDS saúda a oportunidade, gerada com o novo ciclo político, para promover políticas pró-juventude, de redução de impostos e de acesso à habitação, como forma de os jovens voltarem a acreditar em Portugal para trabalhar e constituir em família.

Finalmente, Portugal não mudou de regime para promover e apoiar o suicídio assistido e a eutanásia. Mais de 80 % da população em Portugal não tem ainda direito a cuidados paliativos no final da vida. Uma sociedade mais humana é uma sociedade que cuida dos seus, principalmente nos momentos mais vulneráveis e, em especial, no fim de vida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. Paulo Nuncio (CDS-PP): — Por isso, o CDS saúda a Sr.^a Provedora de Justiça, por ter suscitado a constitucionalidade da lei da eutanásia junto do Tribunal Constitucional, porque só defendendo a vida de cada ser humano é possível construir uma sociedade mais humana e mais justa.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, celebrar o 25 de Abril não esquecendo o 25 de Novembro é uma questão de memória histórica e um sentido de gratidão. Se com o 25 de Abril caiu o Estado Novo, o 25 de Novembro trouxe a democracia e a liberdade plenas.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. Paulo Nuncio (CDS-PP): — É por isso que o CDS celebra ambas as datas, todos os anos, sem exceção. Não esquecemos os militares de Abril, mas também não esquecemos os que lutaram em Novembro para podermos ter uma democracia liberal e ocidental.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

No CDS não esquecemos que, entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, aconteceu o PREC, o Processo Revolucionário em Curso, marcado por nacionalizações, por ocupações, por saneamentos, por detenções por delito de opinião, pela reforma agrária, pela tentativa de silenciamento de vários partidos pela violência — por exemplo, o nosso — e pela vontade de fazer prevalecer a legitimidade revolucionária sobre a legitimidade democrática.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. Paulo Nuncio (CDS-PP): — Por isso, o CDS saúda o Governo por criar uma comissão para comemorar os 50 anos do 25 de Novembro.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Em 2024, celebramos os 50 anos do 25 de Abril, em 2025 vamos, finalmente, celebrar os 50 anos do 25 de Novembro, recordando a Fonte Luminosa em Lisboa e o levantamento democrático que derrotou os extremismos.

Protestos do PS.

Vozes do CH: — Chiu!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Novembro foi uma data fundamental para a liberdade e democracia plenas em Portugal. Como todas as datas marcantes da nossa história, as comemorações dos 50 anos do 25 de Novembro devem ser comemorações justas, plurais e de âmbito nacional, feitas com militares e civis, das instituições às escolas.

Como disse o antigo Presidente da República, o General Ramalho Eanes — que quero saudar calorosamente —, o 25 de Novembro foi a continuação do 25 de Abril, separar as duas datas «é um erro histórico.»

Protestos do PS.

Ao comemorar os 50 anos do 25 de Abril e os 50 anos do 25 de Novembro, respetivamente em 2024 e 2025, estaremos a corrigir esse erro que foi cometido no passado e a prolongar as comemorações da liberdade por mais um ano e meio.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Através da comemoração conjunta destas duas datas estaremos, como Nação, a restaurar a fé e a esperança na nossa tardia, jovem, mas ainda frágil, democracia.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, em representação do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Colegas, Deputadas e Deputados, Dignitários estrangeiros e nacionais, Chefias Militares, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Estimados Capitães de Abril, Caras e Caros Concidadãos: Falemos, francamente, entre concidadãos e com os nossos amigos estrangeiros, que tanto admiram o 25 de Abril, de sonhos e de pesadelos.

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Durante todos aqueles anos, a minha mãe tinha pesadelos com o ditador, aqui, bem perto, na casa para onde veio trabalhar quando saiu da aldeia, aos 17 anos. Nós somos filhos, netos e bisnetos dessas mulheres que, às centenas de milhares, vieram trabalhar para casas de família nas grandes cidades, e devemos ter orgulho nelas.

O que o patrão lhe dizia, um brigadeiro do antigo regime, quando ela tinha coragem de revelar os pesadelos com o ditador era «cuidado Lucília, se você tivesse mais educação já estava presa», querendo com isso dizer que se ela fosse de um pouco mais de risco, o regime não deixaria de a encarcerar. Como, aliás, aconteceu ao seu irmão que, de facto, tinha um pouco mais de estudos e se tornou cliente habitual da sede da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), na António Maria Cardoso, por coisas tão simples como comemorar a República.

É curioso, se pensarmos bem nisto, porque o que aquele defensor e beneficiário da ditadura dizia era que ela tivesse cuidado em não ser presa. Nunca lhe disse: «Pesadelos? Pesadelos porquê?» É que até o próprio regime e os seus defensores sabiam perfeitamente — e contavam com isso — que o medo era o que o sustentava. E aquilo com que eles contavam era que os portugueses tivessem sempre muito medo e muito pouca imaginação.

Então imaginemos agora nós alguém que, naquele ano de 1974, antes do 25 de Abril, tivesse um sonho, acordasse no dia seguinte e contasse, à boca pequena, à sua família: «Olha com o que é que eu sonhei hoje, que coisa extraordinária! Sonhei que jovens militares vinham de Santarém para derrubar o regime. Sonhei que enfrentavam uma coluna de tanques militares, ali ao pé do Terreiro de Paço. Sonhei que um deles, um jovem

oficial, abria os braços em frente ao canhão, e o outro, que estava lá do lado, à frente dele, e que podia ter disparado, não disparou e não houve sangue.

Sonhei que depois, ali no Rossio, no Largo do Carmo, conforme os militares foram subindo, as pessoas lhes deram cravos para porem no cano das espingardas, que as crianças brincavam ali em segurança, sabendo que não haveria risco. Sonhei que o ditador iria, nesse mesmo dia, embora. Sonhei tudo isto e ainda sonhei mais! Sonhei que, passado uma semana, estaríamos aos milhões nas ruas a celebrar o 1.º de Maio.» E depois todos os dias que nasceram do dia 25 de Abril, todos eles importantes!

Haverá democracia plena quando metade da população não pode votar? Não devemos nós então celebrar o 25 de Abril de 1975, quando finalmente as mulheres votaram sem condições neste País?

Aplausos do L, do PS, do BE, do PCP e de Deputados do PSD.

Todos esses dias que nasceram do dia 25 de Abril são importantes e todos nos dizem muito, mas são todos incomparáveis com o dia que os criou e que os permitiu.

Agora, imaginem ainda outra coisa. Imaginem ser um jornalista, em Paris ou em Nova Iorque, e começar a receber as fotografias, que vinham por uns *modems* rudimentares que existiam na altura, do que se passava naquele dia num país de onde nada se esperava a não ser imagens cinzentas e de pobreza e de medo. Imaginem começar a ver aquelas imagens de soldados com cravos e pensar «Mas o que é que se passa em Portugal? O que é que se passa naquele canto da Europa?»

Ficaram todos, pelo mundo fora, imediatamente fascinados e apaixonados pela nossa Revolução. E ela inspirou o mundo. Cientistas políticos — aliás, bastante conservadores — dizem que o 25 de Abril iniciou a terceira vaga da democratização no mundo, que foi pelo sul da Europa, à América Latina, ao Sudeste Asiático, à Europa de Leste, até, muito recentemente, se iniciar — a partir de 2016 —, a contrarrevolução dessa vaga.

A razão pela qual o 25 de Abril deu a volta ao mundo é porque o 25 de Abril foi belo. Foi a mais bela revolução do século XX. E é nossa.

Aplausos do L, do PS, do BE e de Deputados do PSD e do PCP.

Tudo o que fizemos desde então foi cumprir Abril. Portugal estava séculos atrasado em relação a outros países que já tinham resolvido o problema do analfabetismo. Gente, inclusive desta Assembleia, como Helena Cidade Moura, que faria agora 100 anos, e que escreveu a cartilha que permitiu alfabetizar milhares de pessoas. Esses jovens soldados, essas jovens estudantes foram pelo País fora a alfabetizar os seus concidadãos.

Passámos a ter férias pagas, salário mínimo, Serviço Nacional de Saúde (SNS), as famílias — como a minha — que não tinham tido um filho na universidade, puseram lá os cinco. E tantas famílias em todo o Portugal, ainda hoje, quando a gente lhes pergunta do que mais se orgulham, não é do carro, nem da casa, nem do terreno, nem de qualquer bem de consumo, é da neta que está a fazer o Erasmus, é do bisneto que acabou o mestrado e já quer fazer o doutoramento. E isso foi sempre cumprir Abril.

O dia 25 de Abril de 1974 — podem procurar à vontade, eu já o fiz muitas vezes, percorram a nossa história de 900 anos para trás e para a frente e não acharão outro dia com a folha de serviços de 25 de Abril de 1974 — amanheceu com ditadura, com censura, com presos políticos, com uma polícia temida, com uma guerra colonial e, ao fim do dia, já se sabia que tudo isso ou já tinha acabado ou tinha de acabar.

Os jornais que saíram naquele dia dizendo «não foi visado por qualquer comissão de censura», disseram com isso que não aceitavam nem as antigas nem as novas, que viessem a ser criadas. Por isso, cria-se uma situação paradoxal para os amigos do 25 de Abril e uma facilidade, uma frecha, uma abertura, para os inimigos do 25 de Abril.

É que para os amigos do 25 de Abril a fasquia está muito alta. Ouviremos muitos discursos aqui, hoje, que tentarão, em vão, acrescentar qualquer coisa ao mais belo de todos os dias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Agora reparem no ambiente atual que vivemos pelo mundo, em que o que alguns mais desejam — quando desejam muito o poder e a celebridade — é estar nas bocas do mundo e que toda a

gente fale deles. Como dizia um político do século XX, «Chamem-nos criminosos ou palhaços, riam-se de nós ou tenham medo, o que importa é que falemos sempre de nós, que se foquem o tempo todo em nós.»

Pois bem, o que quererá fazer alguém que não tenha conseguido chegar à fama ou ao poder de outra forma e que queira muito chegar a essa fama e a esse poder? Chamar a atenção. A melhor maneira é menosprezar ou até profanar o 25 de Abril. Por isso, peço-vos, não lhes demos esse prazer.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Enchamos as nossas conversas de objetos de desejo político: em cada quartel vazio, imaginemos uma residência de estudantes; em cada aldeia despovoada, imaginemos um novo projeto sustentável e solidário para várias gerações; imaginemos um país que já é um país de ponta nas energias renováveis ou na ecologia; imaginemos uma economia do conhecimento que dê o justo valor a todos. É assim, enchendo o País de objetos de desejo político, que evitamos os pesadelos do passado e continuamos a sonhar Abril.

Darei apenas um exemplo pequeno, porque podem ser grandes ou pequenos.

O Sr. **Presidente:** — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Termino já, Sr. Presidente.

Nós temos aqui, mesmo ao lado, um pedestal vazio para uma estátua que nunca decidimos qual seria. Sugiro eu que essa estátua seja daquela mulher — pode ser a D.^a Celeste que saiu com a sua braçada de cravos no dia 25 de Abril, pode ser a Aurora, Laurinda, Maria Albertina, Miquelina — a quem eu chamo apenas D.^a Liberdade. Uma mulher comum portuguesa que inventou o mais belo símbolo revolucionário, que deu a volta ao mundo e que deve ser celebrada, porque essas mulheres, incluindo aquelas que vieram para aqui às 4 horas da manhã pôr esta Sala bonita, merecem e nós precisamos.

Aplausos do L e do PS (de pé), do BE, do PCP, do PAN e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, em representação do Partido Comunista Português.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal Administrativo, Capitães de Abril, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Assinalamos 50 anos da Revolução de Abril, esse acontecimento ímpar que se projeta na atualidade da nossa vida coletiva e é referência para a construção do presente e do futuro do País.

Gostaria, nesta oportunidade, de evocar a coragem e a determinação dos jovens Capitães de Abril, nessa madrugada que acordou com uma vigorosa mobilização popular, que firmou a Aliança Povo-MFA (Movimento das Forças Armadas) e transformou o levantamento militar em Revolução libertadora.

Uma revolução fruto de um longo caminho de luta e resistência de 48 anos, em que homens e mulheres, na sua grande maioria jovens, deram tudo o que tinham, inclusive a própria vida. Uma luta em que, com orgulho, o Partido Comunista Português esteve sempre na primeira linha de combate ao regime fascista.

A Revolução consagrou liberdades concretas e abriu as portas à democracia política, social, económica e cultural. Consagrou direitos políticos, sociais e laborais, distribuiu a riqueza de forma mais justa, impôs mais justiça social, impôs a igualdade, a terra a quem a trabalha, libertou o País do domínio monopolista, construiu o poder local e a autonomia regional, consagrou na lei a igualdade entre homens e mulheres e pôs fim à guerra colonial.

Revolução que optou por uma sociedade ao serviço da maioria, em confronto com os interesses de uma minoria, dessa minoria que tudo fez e faz para destruir conquistas e recuperar o poder perdido, dessa minoria que tudo fez e faz para falsificar e reescrever a história.

A Revolução foi sonho, foi realização e construção, foi valores e esperança numa vida melhor que a contrarrevolução e a política de direita procuram negar.

Abril não é a maioria dos jovens ganharem 1000 € de salário por mês; Abril é a juventude ter condições de trabalhar e fazer a sua vida no seu próprio País; Abril é o Serviço Nacional de Saúde e garantir, a partir dele, a saúde e o acesso à saúde para todos; Abril é o direito à escola pública e aos mais elevados níveis de ensino para todos; Abril é o direito à habitação, não é a proteção da banca e dos especuladores; Abril é cultura, é a defesa do ambiente, da natureza, dos ecossistemas, é a defesa da água como bem público; Abril é desenvolvimento científico e tecnológico, é pôr o País a produzir.

Abril é contra todo o tipo de discriminações; Abril rejeita o ódio, o racismo e a xenofobia; Abril libertou-nos do fascismo e desse regime de corrupção organizada e silenciada; Abril retirou o País das mãos de meia dúzia de famílias que distribuíam a riqueza criada entre si e condenavam o povo à miséria; Abril é combate ao poder, em grande medida restaurado, dos grupos capitalistas e das multinacionais sobre a vida nacional; Abril é pôr fim à promiscuidade entre o poder económico e o poder político, a causa funda da corrupção.

Abril é a Constituição da República Portuguesa estar presente todos os dias para todos e todos os dias na vida de todos; Abril é paz, é cooperação e solidariedade entre os povos, é a resolução política dos conflitos; Abril é um claro «não», é um claro «não» à guerra; Abril é a vida justa e a felicidade a que temos direito e que não são possíveis de alcançar com baixos salários, precariedade, horários desregulados, emigração forçada, com a injustiça que afeta particularmente os jovens e as crianças.

Abril é o caminho que é necessário retomar, pondo fim ao ciclo da política de direita que tem conduzido o País a crescentes desigualdades. Este é o grande desafio que está colocado aos democratas, aos patriotas, aos trabalhadores e ao povo e a todos aqueles que vivem e trabalham no nosso País. Mas é, acima de tudo, uma tarefa da juventude, dos que nasceram e cresceram depois da revolução desses Filhos da Madrugada; a tarefa de tomarem nas suas mãos a concretização desse Abril dos direitos, dos sonhos e da realização.

Os trabalhadores lutam pelo aumento dos salários, pela valorização das carreiras e pelo respeito a que têm direito. As mulheres batem-se pelos seus direitos. Os jovens exigem condições para viver no seu País. Os reformados querem melhores pensões e uma vida digna. As pessoas ambicionam o direito a ter uma casa. Os pais querem ter mais tempo para os seus filhos e direitos para as crianças. Os imigrantes reivindicam direitos políticos e sociais. Todos exigem, e bem, respostas aos seus problemas e o seu direito a uma vida melhor. Lutas e objetivos que são também exigências desse Abril.

Como afirmava Álvaro Cunhal: «...não é um mero acontecimento passado que lembremos, mas um grande feito histórico que mantém marcas profundas na vida presente e que contém experiências e valores indispensáveis para o futuro de Portugal.» E aí está a vida a confirmar as conquistas, os valores e o exemplo que perduram, resistem e que estiveram, e estão, presentes em milhares de realizações das comemorações do 25 de Abril por esse País fora.

São estes valores, é esse Abril que hoje sai à rua, nas comemorações populares, nas praças e avenidas de liberdade em todo o País, numa poderosa afirmação do seu vigor; uma resposta clara, viva e emocionante da força que emana do povo. Esse abril se reafirmará na grande jornada do 1.º de Maio, a jornada do trabalho e dos trabalhadores.

«Podem decretar o fim da arte. É como decretar o fim da chuva». E pegando nestas palavras d'A Garota Não, atrevo-me a afirmar que podem decretar o fim de Abril que isso é como decretar o fim da esperança. Essa esperança, o sonho, os direitos, a irreverência desse Abril que é preciso retomar e que é, tal como a música, uma canção sem final; uma canção que se toca em diferentes tons, com diferentes formas, com diferentes instrumentos e, até, em diferentes línguas, mas uma canção que se toca e se canta afinada por esse povo — por esse povo — que é sempre quem mais ordena! 25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!

Viva ao 25 de Abril!

Aplausos do PCP, do PS, do BE, do L e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Capitães de Abril: Há 150 anos, um dos

grandes poetas de Portugal, Antero de Quental, afirmava que as causas da nossa decadência eram, em primeiro lugar, o fanatismo religioso que tinha criado a Inquisição e enxovalhado a educação; em segundo lugar, o império inviável; e, em terceiro lugar, o absolutismo que silenciou a nação.

Essa tripla condenação levou, nas suas palavras, a um «adormecimento sonambulesco». E esse adormecimento conduziu à mais longa ditadura da Europa, orquestrada por uma oligarquia que sempre primou pelo parasitismo, ora festejando o ouro do Brasil, ora cavalgando os cabedais de África, ora recebendo as mordomias da mão protetora de Salazar. E assim se pregou um País à tristeza, à imigração forçada, à maldita guerra, à secundarização das mulheres. O nosso País só foi salvo pela Revolução do 25 de Abril.

Dizem-nos agora alguns, saídos do armário ao fim de 50 anos, que a Revolução foi supérflua e um exagero, que afinal a chibata sempre educa, que a masmorra moraliza, que o lápis azul ilustra. As carpideiras do Salazarismo não são tão perigosas pela nostalgia do passado. Não será reconstruído nenhum império, o Tarrafal fechou para sempre, Aljube e Peniche são museus e devem ser visitados.

Aplausos do BE, do PS, do PCP, do L e do PAN.

Os saudosistas são perigosos porque culpam a democracia e a Constituição pela pobreza que persistiu, pelo amargo das promessas não cumpridas, pela corrupção que grassa nas privatizações, nas portas giratórias, no financiamento dos próprios partidos da oligarquia. Os saudosistas são perigosos porque vivem para a mentira.

Saibam, então, que nenhuma mentira ocultará que para Portugal Abril foi o começo. Abril foi a torrente de alegria, foi a beleza de vencer o fascismo. Abril é vida cheia contra o sonambulismo e contra a maldita guerra. O orgulho de Portugal é esse salto assombroso que nos abriu o século XX. Foi esse o nosso momento fundador. Portugal fez-se grande quando as mulheres ocuparam os palácios para neles fazer as creches dos seus filhos; quando trabalhou as terras abandonadas para pôr pão nas mesas onde faltava o pão; quando tirou as crianças dos campos e das fábricas e as pôs na escola; quando, no País mais analfabeto da Europa, o povo escreveu a sua própria história e, finalmente, gritou que a miséria não é virtude nem folclore, é exploração.

Aplausos do BE, do PS, do PCP, do L e do PAN.

Nesse dia em que o medo mudou de lugar, Portugal engrandeceu e ficou do tamanho de todos os sonhos. Temos uma gratidão infinita para com quem fez este tempo. Evocamos Catarina Eufémia e Salgueiro Maia, Maria Lamas e Amílcar Cabral, porque temos orgulho na nossa história.

Aplausos do BE, do PS, do PCP e do L.

Recusamos que este seja um dia de consolação para um tempo encerrado. O que trago aqui, em nome do Bloco de Esquerda, num abraço com todas e todos os democratas, é um alerta sobre o presente para um manifesto sobre o futuro. O que nos assombra chama-se capitalismo.

Risos do CH.

É o poder que transforma tecnologias em ameaças, que sacrifica imigrantes para beneficiar aqueles que exploram a sua ilegalização, que destrói o planeta de amanhã em nome dos dividendos de hoje.

É o capitalismo que faz da casa um ativo financeiro e um lugar inatingível, que ataca a democracia com discurso de ódio, que chama mérito à injustiça social, que nos impõe uma caricatura individualista de nós mesmos e nos reduz à condição de consumidor ou de contribuinte para, assim, nos proibir de imaginar um futuro coletivo, porque esse ao mercado, e só ao mercado, pertence.

Ora, a liberdade também é, e só o é plenamente, na definição dos nossos objetivos comuns: a nossa liberdade começa onde começa a liberdade dos outros. É sobre isso, este dia. Não uma consolação, mas a inspiração para um tempo aberto. Ousemos imaginar esse futuro coletivo.

O futuro é a sociedade que se organiza em torno do bem-estar, para garantir condições materiais e sociais, para que todos possam viver em segurança e prosperar.

O futuro é garantir trabalho digno, é libertar a criatividade, ter tempo para viver. E, por isso, contra a exploração — que se moderniza, mas não ameniza — afirmamos o direito ao salário e o direito ao descanso.

O futuro é decidir os objetivos sociais do esforço comum. E, por isso, contra a mão invisível que dilacera o que é de todos, afirmamos a planificação ecológica.

O futuro é aproveitar cada um dos avanços tecnológicos e científicos já alcançados, é libertar essa força imparável para a direcionar para fins que dizem respeito a todos.

O futuro será inteligência artificial e serão bibliotecas. Serão redes de comunicação e serão sempre teatros, dança, cinema, todas as artes. Será automação e será mais tempo para o trabalho que realiza, que desafia. Serão as tecnologias de produção descentralizada de energia e será a agricultura que respeita o saber ancestral e que garante alimentos de qualidade a todos. Será a biologia molecular e será o cuidado profissional. Será a comunidade humana com máquinas que não substituem o conhecimento, a solidariedade e a empatia.

Reclamar o futuro é, portanto, construir o progresso a favor da comunidade e distribuir todos os seus frutos. Contra o medo e os rancores existenciais, afirmamos a certeza de que aqui cabe o mundo todo. Todos temos o direito a viver em condições iguais e a ter o que precisamos para uma vida boa. Sim, vida boa, com tempo livre, respeito por cada um, fins coletivos, sonhos em comum, o imaginário descolonizado, ou seja, tudo aquilo que nos aproxima da liberdade.

Cito Tolentino Mendonça...

Vozes do CH: — Ah!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... para afirmar a nossa inteira dedicação a «...esta tarefa apaixonante, e sempre inacabada, de plasmar uma comunidade aberta e justa, de mulheres e homens livres, onde todos são necessários, onde todos se sentem — e efetivamente são — corresponsáveis pelo incessante trânsito que liga a multiplicidade das raízes à composição ampla e esperançosa do futuro. Portugal é e será, por isso, uma viagem que fazemos juntos. E uma grande viagem é como um grande amor.»

Nos 50 anos, o 25 de Abril, este é o nosso manifesto pelo futuro.

Viva o futuro, viva a liberdade, viva o 25 de Abril.

Aplausos do BE, do PS, do PCP, do L e do PAN.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: Há 50 anos descobrimos que não há só gaiotas em terra quando mulheres e homens se põem a pensar. Descobrimos que as gaiotas voam quando homens e mulheres se põem a pensar. Há 50 anos uma gaiota levantou voo. Essa gaiota voava, voava, e nós, como ela, ficámos também livres para voar.

Hoje, sabemos mais sobre a liberdade do que sabíamos naquele dia. Sabemos que é fundamental que as gaiotas voem, mas sabemos também que não é indiferente à liberdade que temos se as gaiotas voam mais alto ou mais baixo, se voam para a frente ou se voam para trás e, voando para a frente, se voam mais depressa ou mais devagar.

Aliás, Sr. Presidente, não é, desde logo, indiferente à liberdade que temos o próprio motivo que leva a gaiota a voar. Se levantar voo para substituir uma ditadura por uma democracia, voa para a liberdade; mas se levantar voo para substituir uma ditadura por uma ditadura de sinal contrário, na praia onde aterra a gaiota tem a mesma, ou nenhuma, liberdade que existia na praia de onde partiu.

É por isso que o General Ramalho Eanes sublinha o valor do 25 de Novembro e diz que é um erro separá-lo do 25 de Abril. É por isso que a Iniciativa Liberal apresentará, ainda hoje, uma deliberação nesta Assembleia para que o Programa das Comemorações do 25 de Abril da Assembleia da República passe a incluir uma cerimónia solene no cinquentenário do 25 de Novembro.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Memória e história são liberdade. Não somos menos livres porque temos uma longa história de quase 900 anos. E não, Sr. Presidente, história não é dívida; a história não obriga à penitência. Quem declara ser nossa obrigação indemnizar terceiros pelo nosso passado atenta contra os interesses do País, reduz-se à função de porta-voz de sectarismos importados...

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

... e, sobretudo, afasta-se do compromisso de representar a esmagadora maioria dos portugueses.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Há quem queira, ainda hoje, obrigar a gaivota a voar para trás. Há quem queira, por exemplo, ajustar contas com as mulheres do nosso País pela liberdade que conquistaram. Há mesmo quem queira, sob disfarces piedosos, voltar a perseguir mulheres, dedicar-lhes o destino, dizer-lhes o que é e o que não é próprio para elas.

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

A esses, neste mesmo lugar onde Natália Correia voou bem acima da cabeça bisonha de Morgado, digo que nunca é o caso de as mulheres voarem demasiado alto; é sempre o caso de esses que as querem sem liberdade não terem asas para as acompanhar.

Aplausos da IL e de Deputados do PSD e do PS.

Sr. Presidente, houve um tempo em que não se podia falar de nada. Depois, veio aquele tempo em que se podia falar de tudo. E, agora, vivemos num tempo em que parece que se pode falar de tudo, mas não se pode falar, na verdade, de nada. É urgente combater esse «wokismo» desnaturado, que em tudo se infiltra, que quer acorrentar as gaivotas do pensamento e da expressão.

Querem um exemplo? O Governo afirma, no seu Programa, que quer estimular a criação e o reconhecimento de plataformas de verificação de factos. Pergunto: qual é a entidade que vai fazer o reconhecimento de tais plataformas de verificação de factos? Qual é a entidade que vai dar às plataformas o selo de «Grandes Irmãos» verificadores? Respondo, aqui e agora, que pode ser qualquer entidade e, qualquer que seja, para nós, será sempre um «Ministério da Verdade». Por isso, estaremos frontalmente contra ele, agora e sempre.

Aplausos da IL.

A gaivota voa mais baixo do que devia quando o coletivismo ganha terreno e determina o caminho do indivíduo, quando esse caminho tem de fazer-se contra ou apesar do Estado, quando o Estado impede crescer pelo trabalho e quando o sucesso e o mérito das pessoas e das empresas não são celebrados, mas desvalorizados, criticados ou mesmo punidos.

A gaivota voa mais baixo do que devia quando o Estado tira muito mais do que aquilo que devolve em justiça, em saúde ou em educação. Quando um em cada três jovens foram obrigados a emigrar, quando um em cada quatro dos que cá estão não encontra emprego. Quando um em cada quatro dos que cá estão não encontra emprego, Srs. Deputados, quando três em cada quatro dos que trabalham ganham menos de 1000 €.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — A gaivota voa mais baixo do que devia quando o Estado tira muito mais do que devolve. E isso é verdade quando o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) deixa de ser um imposto sobre o rendimento e passa a ser um imposto sobre a idade, punindo quem tem mais de 35 anos, quando faltam casas para comprar, porque os impostos e a burocracia atrasam a construção, e quando faltam

casas para arrendar, porque o bafo frio das rendas congeladas do fascismo se manteve — pasme-se! — até hoje, obrigando pessoas privadas a fazer o papel social que cabe apenas ao Estado.

A gaivota voa mais baixo do que devia quando os mesmos de sempre se revezam entre si e não têm a ambição nem a coragem de pôr o crescimento económico à frente do crescimento de clientelas e burocracias. Quando a pobreza persiste e quando ter filhos, mesmo trabalhando, é uma via rápida para empobrecer.

Cinquenta anos depois, sabemos que a gaivota voou demasiado baixo, muito mais vezes do que devia, mas também sabemos que o caminho da liberdade nunca se faz quando as gaivotas voam para trás.

Cinquenta anos depois, já não há mais tempo, nem desculpas. Aos que à esquerda querem ser donos do 25 de Abril, aos que à direita se envergonham do 25 de Abril e aos outros, saudosos do bafio, da miséria e da opressão, aqui, solenemente, digo: saiam da frente, que atrás vem gente.

Aplausos da IL.

Aos que têm agora o poder, digo também: façam voar as gaivotas mais alto e mais depressa. E se não tiverem ambição para o fazer, nunca se esqueçam das palavras de Torga: em liberdade, os cidadãos são sempre donos do «terrível poder de recusar». Em liberdade, por cada gaivota que não levanta voo, por falta de coragem e sem ambição, há duas que se levantam, prontas para voar.

Sr. Presidente, viva o 25 de Abril! Viva a gaivota que voa quando mulheres e homens se põem a pensar! Viva a liberdade!

Aplausos da IL (de pé) e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega.

Neste momento, abandonaram a Sala Deputados do PS e Deputados do BE.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, demais Autoridades Cívicas e Militares, Srs. Convidados, Dignatários Nacionais e Estrangeiros: Ontem tinha preparado uma intervenção para este 25 de Abril; era a quinta intervenção que faria nesta Assembleia.

Depois de ouvir o Sr. Presidente da República durante o dia de ontem, optei por fazer diferente: não trazer nenhum papel, não trazer nenhuma orientação e falar, cara a cara, com os portugueses sobre o que me vai na alma neste 25 de Abril. Peço-vos perdão de terem de aturar o que vou dizer de seguida.

Há 50 anos fizemos uma revolução. E essa revolução deu-nos a liberdade, mas ao longo do caminho foi-nos tirando dignidade. Quem está em casa sabe do que falo. Gosta de olhar, de ver a festa, de saber que aqui estamos, mas sabe, também, que toda a liberdade que conquistámos, ora a fomos perdendo, ora a fomos desiludindo.

Não há maior força do que a desilusão com aqueles que prometem e dizem que vem aí uma manhã gloriosa e um dia ainda melhor, para logo de seguida dar uma noite ainda mais profunda. Sim, a desilusão daqueles que, hoje, nos estão a ver, mas não conseguiram ainda sair do salário mínimo nacional; sim, daqueles que nos estão a ver e que sabem que, ao fim de anos de governação do PS e do PSD, tiveram de emigrar para países que até chegaram — alguns deles — depois de nós à democracia e que hoje olham para Abril e ouvem aqui discursos dizendo «a manhã mais bela da Europa».

«A manhã mais bela da Europa»?! Como é que a manhã mais bela da Europa os obrigou a sair de casa dos seus pais, a partir para outra terra em busca de futuro melhor? Como é que «a manhã mais gloriosa da Europa» os fez sair da casa que amavam, da terra que ainda hoje amam, para ter de procurar o seu futuro fora de portas?!

Sem folhas, de coração aberto: os portugueses sabem que podemos celebrar Abril, devemos celebrar Novembro, mas, acima de tudo, devíamos celebrar o que ainda não celebrámos, que é dar dignidade ao povo português. Era isso que já devíamos ter feito há muitos anos, dar dignidade ao povo português.

Aplausos do CH.

Cinquenta anos de abril, 50 Deputados do Chega, ironicamente, nesta Assembleia.

Aplausos do CH.

Sem ajustes de contas, esta é a história que hoje aniquilou praticamente todos os que defendiam o fim da liberdade. Mas não aniquilou para se vangloriar, aniquilou para mudar este País em que vivemos. Dizia-se que Abril era justiça, a justiça que nos trouxe ao coração de Abril. E, neste ano em que estamos, vimos um Governo cair precisamente por suspeitas de corrupção, e uma grande parte do País não se preocupou com as suspeitas, mas em atacar quem investigava a corrupção.

Os portugueses que estão em casa sabem a que me refiro. O País que não é capaz de olhar para aqueles que, há anos, transformaram a oligarquia de Maio na oligarquia de Abril, em que três ou quatro famílias, sempre com os mesmos cartões ou com diferentes cores partidárias, foram olhando para o lado e dizendo: «Sim, sim, Abril, mas o dinheiro para este lado. Sim, sim, Abril, mas salários baixos.» E foram atrás não daqueles que defenderam a liberdade, mas daqueles que queriam investigar e punir a corrupção e disseram-lhes: «Cuidado com quem se estão a meter, porque quando se metem com o poder político, vêm as exonerações, as demissões e a aniquilação de serviços.»

Vozes do PS: — Isso é mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Cinquenta anos depois de Abril! Cinquenta anos depois de Abril, sabemos que uma grande parte nunca quis nenhuma justiça independente; quis sempre a justiça nas suas mãos, ou controlada através dos seus fios. E por isso é que, quando a coisa não corre bem, quando os portugueses veem com os seus olhos o que se está a passar na podridão do regime, olham para o lado e dizem: «Mas atenção, temos de celebrar Abril. É mais importante Abril. É mais importante o cravo que trazemos hoje ao peito.» Dizem, para quem sabe, para quem vê o País empobrecer, quem vê o regime apodrecer, quem vê a liberdade diminuir, que «o importante é celebrar Abril».

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não! O importante é dizermos que, de uma vez por todas, não é Abril que tem de se cumprir, é Portugal que tem de se cumprir! É Portugal que tem de se cumprir!

Aplausos do CH.

Ouvimos, hoje, saudar — e bem — os Capitães de Abril, saudar aqueles que fizeram Abril. Como é que passaram 20, 30, 40, 50, 60 minutos sem saudarmos aqueles que, ontem, ficaram com o coração apertado ao ouvir o Presidente da República — que eu não queria deixar esquecer aqui, sendo, por isso, a todos eles que eu me dirijo —, os ex-combatentes desta pátria? A todos, a todos os militares desta pátria, fazemos daqui uma enorme saudação de Abril, porque é vossa a democracia portuguesa, é vossa também a democracia portuguesa! É vossa também a democracia portuguesa!

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dirijo-me ainda, no tempo que me resta, àqueles portugueses que sabem que alguma coisa tem de mudar em Abril. Vou dirigir-me, por isso, a eles, porque compreendem esta linguagem. No ano em que celebramos 50 anos, em que mudamos de Governo, temos uma Secretária de Estado que saiu de uma empresa pública a ganhar 3000 € ou 4000 €, foi para outra ganhar mais do que o Presidente da República e, pelo meio, pagámos-lhe uma indemnização.

Aplausos do CH.

Quando perguntarem onde está o dinheiro em Portugal, nunca pensem que Portugal é um país pobre. Portugal não é um país pobre. Portugal ficou foi pobre porque esta oligarquia que se instalou, agarrada como tudo ao poder e ao dinheiro, nunca abdicou de 1 € por vocês que estão em casa!

Aplausos do CH, de pé.

Nunca abdicou de 1 € por vocês que estão em casa!

É aí, é nas indemnizações, é nos observatórios, é no dinheiro que circula e que gera entre Bruxelas e Lisboa, entre cargos e gabinetes que não param e não cessam, é aí que está o dinheiro que podia aumentar salários, é aí que está o dinheiro que podia aumentar pensões, é aí que está o dinheiro que podia permitir que a saúde e a habitação deste País funcionassem.

Eu sei, o regime não gosta de ouvir isto e vai sempre dizer que são os fascistas, que são os antirregime, os que não querem celebrar Abril. Mas os portugueses sabem que houve, sim, uma oligarquia que se instalou no poder em Portugal e que não fez mais do que trocar entre si favores ao longo dos últimos anos para se perpetuar no poder.

Meus senhores, do que da nossa parte depender, o vosso poder está a terminar em Portugal, porque nós tudo faremos para cumprir Portugal.

Aplausos do CH.

Termino, Sr. Presidente, dirigindo-me diretamente, se mo permitir, ao Presidente da República de Portugal. E lamento muito dizê-lo, Sr. Presidente da República, o Sr. Presidente traiu os portugueses quando disse que temos de ser culpabilizados e responsabilizados pela nossa história, que temos de indemnizar outros países pela história que têm connosco.

Com todo o respeito pelos que aqui estão hoje, de outros países, Sr. Presidente: o senhor foi eleito pelos portugueses, não foi eleito pelos guineenses, pelos brasileiros, pelos timorenses, foi eleito por nós!

Aplausos do CH, de pé.

Foi eleito pelos portugueses! É a eles que tem de respeitar, antes de tudo! É a eles que tem de respeitar, antes de tudo! São os portugueses quem temos de respeitar antes de tudo!

Aplausos do CH.

Pagar?! Pagar?! Pagar o quê? Pagar a quem, se nós levámos mundos ao mundo inteiro, se, hoje, nos quatro cantos de Portugal há alma portuguesa, se hoje em todo o mundo se elogia aquilo que é a pátria e o mundo da língua portuguesa?!

Sr. Presidente, não quero prender ninguém, nem responsabilizar, eu tenho orgulho na nossa história, eu amo a história deste País e o Sr. Presidente também devia amar a história deste País.

Aplausos do CH.

Viva Portugal! Viva Portugal! E Viva Portugal!

Aplausos do CH, de pé.

Neste momento, regressaram à Sala Deputados do PS e Deputados do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes Ramalho Eanes e Cavaco Silva, Srs. Antigos Presidentes da Assembleia da República, em vós saudando todos os antigos parlamentares, Srs. Capitães de Abril e Srs. Representantes da Associação 25 de Abril,...

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, de pé.

... e em vós saudando o Movimento das Forças Armadas, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e demais Tribunais Superiores, demais Autoridades Cíveis e Militares, Sr.^{as} e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Há 50 anos, um movimento de capitães pôs fim à mais antiga ditadura da Europa ocidental. Uma ditadura de direita fascista que humilhava, prendia e torturava. Um regime assente numa elite que controlava uma economia onde os trabalhadores eram apenas força de trabalho descartável, sem direitos, e que condenou a grande maioria do povo à pobreza e ao analfabetismo.

Era um País de cidadãos de segunda e onde as mulheres eram cidadãs de terceira, onde o acesso à saúde dependia da carteira, onde a educação era um privilégio para uma minoria, onde a proteção na velhice era residual e onde a justiça não existia, sobrando a arbitrariedade e o abuso.

Com o 25 de Abril, não conquistámos apenas o direito de votar ou de dizer o que pensamos sem medo. Com Abril, os portugueses agarraram-se a uma ideia de país, de comunidade democrática, de povo, de prosperidade e de futuro. Quiseram construir uma democracia plena, uma democracia política, económica e social, uma comunidade de liberdade igual para todos, uma comunidade de responsabilidade e solidariedade, onde os problemas de uns passassem a ser os problemas de todos.

As portas que Abril abriu transformaram um Estado repressivo num Estado de direito democrático e social. É verdade que a concretização dos sonhos de Abril é um trabalho imperfeito e ainda inacabado, mas os portugueses venceram.

Venceram porque construíram em conjunto um serviço nacional de saúde que não pergunta a ninguém se tem dinheiro para pagar o tratamento de que necessita...

Aplausos do PS, do BE e do L.

... e que permitiu aos portugueses ter níveis de saúde equiparados aos dos países mais ricos do mundo.

Venceram porque construíram, em conjunto, uma escola pública que garante a todas as crianças, independentemente dos recursos dos seus pais, formação de qualidade e que permitiu ao País, ao fim de décadas de atraso, aproximar-se dos níveis de qualificação europeus.

Venceram. Venceram porque construíram em conjunto um sistema de segurança social e de pensões que reduz a pobreza e protege os mais velhos da dependência da caridade alheia ou dos humores dos mercados financeiros.

Venceram porque conseguiram, em conjunto, construir um sistema de proteção laboral que defende o trabalhador da discricionariedade do patrão.

Aplausos do PS, do BE e do L.

Venceram porque mostraram, em conjunto, que o Estado de direito democrático e social não é um obstáculo à liberdade, mas o instrumento pelo qual os portugueses podem garantir que a liberdade efetiva é para todos e não apenas para os de cima.

É por isso que Abril é mais do que história, Abril é mais do que memória: Abril é vitória.

Aplausos do PS, do BE e do L.

E é com o espírito dessa vitória que encaramos os desafios e os problemas que, enquanto povo, enfrentamos hoje.

São desafios e problemas que, 50 anos depois, não se resolvem com mais liberalismo e um Estado ao serviço da minoria; um liberalismo que se alimenta de um individualismo egoísta e que só garante liberdade a uma minoria, ao mesmo tempo que desprotege a grande maioria.

Liberdade a sério é a liberdade igual para todos e não apenas para os que têm mais. Os desafios e os problemas que enfrentamos hoje não se resolvem com políticas fiscais injustas, que desoneram quem mais tem e menos precisa e que reduzem a capacidade do Estado para dar resposta às necessidades sociais, para dar mais liberdade à maioria do povo.

Os desafios e os problemas que muitas famílias enfrentam não se resolvem com populismo, com uma política que explora os nossos sentimentos mais negativos, com uma política dura com os fracos porque lhe falta a coragem para ser dura com os fortes...

Aplausos do PS, do BE e do L.

... e que se alimenta da angústia e da incerteza vivida pelo povo, tantas vezes fruto das rápidas mudanças sociais e culturais.

Portugal é um país de emigrantes. Os portugueses sabem bem o que é ter de partir à procura de uma vida melhor longe de casa, dos familiares e dos amigos e sofrendo com a ansiedade do desconhecido e a incerteza do futuro.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Mas hoje somos, também, um país de imigração, e há duas formas muito distintas de lidar com esta realidade, e nenhuma delas tem que ver com o *slogan* vazio das portas fechadas ou escancaradas. Uma forma usa a imigração como arma política para promover o ódio e a divisão e alimentar o medo e a insegurança.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A outra reconhece os desafios da imigração, a necessidade que temos de trabalhadores estrangeiros, de os tratarmos como exigimos que os portugueses lá fora sejam tratados,...

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.

... de alargarmos o Estado social para responder aos que nos procuram para viver e trabalhar sem prejudicar os que cá vivem, de combatermos o tráfico ilegal de seres humanos e a exploração laboral dos trabalhadores estrangeiros pelos empresários que os contratam.

Este desafio enorme só se vence com um sentido de profunda humanidade e respeito pelo outro.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Os avanços na liberdade da família e dos direitos das mulheres também geram, por vezes, reações de rejeição. Nos últimos 50 anos, os portugueses conquistaram o direito a viverem com liberdade, a amarem quem quiserem e a constituírem a família que desejam. Conquistaram o direito a serem felizes, sem terem de se esconder ou sentir vergonha de como são e se sentem. Abril não proíbe nenhuma família, Abril é liberdade e alegria!

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.

E as mulheres, nas últimas décadas, emanciparam-se e libertaram-se, passaram a não ter de pedir licença para procurarem a sua felicidade. A partilha do poder e o fim da hegemonia do homem gera resistência e há quem, na direita radical, a promova e a explore. Mas já não há recuo possível: as mulheres em Portugal já conquistaram o direito a perseguir os seus sonhos.

Aplausos do PS, do BE, do L e do PAN.

Sim, os avanços sociais e culturais geram, muitas vezes, reações de incompreensão e até de rejeição. O PS aqui estará para defender a democracia política e a democracia social e cultural dos ataques dos novos e velhos inimigos. Foi uma e outra que Abril construiu, uma e outra estão sob ataque e uma e outra terão a nossa proteção.

E, como diz a Capicua, «Eles têm medo de que não tenhamos medo», e nós não temos.

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.

Risos do CH.

Vozes do CH: — Ao contrário! Vocês é que têm medo de que nós não tenhamos medo!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E nós não temos. Nós sabemos bem, enquanto povo, o que está em causa: preservar e defender o que conquistámos e resistir às tentativas de retrocesso social, económico e cultural.

A memória não deve apenas conservar o passado, mas ser capaz de preservar promessas e esperanças, uma memória viva que valorize os avanços conseguidos, mas que reconheça o que falta ainda fazer; uma memória ao mesmo tempo generosa e exigente, que tenha um pé no passado e outro no futuro, e que reconheça no espírito do 25 de Abril a nossa âncora moral. O 25 de Abril é o «dia inicial», não há outro igual.

Aplausos do PS, do PCP, do L e do PAN.

Os portugueses têm motivos para ter orgulho do que alcançaram ao longo dos últimos 50 anos de democracia e, a partir deles, projetar os próximos 50 com esperança, confiança e ambição.

Esperança nas suas — nas nossas — capacidades; confiança nos nossos valores, nos valores de Abril; e ambição. A ambição de construir um País próspero e desenvolvido para todos, onde ninguém é um cidadão de segunda, esquecido ou invisível. A ambição de construir um País onde os jovens podem realizar os seus sonhos e concretizar os seus projetos pessoais, familiares e profissionais. Um País onde as mulheres não têm de escolher entre progredir na carreira ou cuidar da família; onde os mais velhos veem uma vida de trabalho respeitada com uma reforma digna; onde quem trabalha se sinta reconhecido...

Aplausos do PS.

... e onde os trabalhadores manuais são tão respeitados quanto os trabalhadores intelectuais. Um país onde cada um conta e onde todos são reconhecidos como membros da comunidade que tem no Estado social a sua melhor tradução, uma comunidade de direitos e deveres onde todos contribuem em função das suas capacidades e beneficiam em função das suas necessidades.

Foi com um país assim que quem fez Abril sonhou. É um país assim que devemos construir — nós, todos aqueles que queremos honrar Abril.

Viva a liberdade, viva o 25 de Abril, viva Portugal!

Aplausos do PS (de pé), do BE, do PCP, do L e do PAN.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, dou a palavra à Sr.^a Deputada Ana Gabriela Cabilhas.

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores e demais Altos Dignatários do Estado, Autoridades Civas, Militares e Religiosas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Excelências: Há 50 anos, o vermelho vivo dos cravos substituiu o vermelho do sangue que,

naquele dia, podia ter sido derramado. Os cravos floriram nas armas e a esperança iluminou um novo futuro para Portugal.

Aplausos do PSD.

O futuro de um país onde o sol nascia para todos, mas o privilégio da sombra era só para alguns; de uma nação de gente boa, apesar de ferida, detida e torturada; de um país de meninos e meninas que não terminavam a 4.^a classe, para trabalhar; de um país onde, ao mesmo tempo que se dividia uma sardinha para alimentar dois ou três, se multiplicavam as sementes da Revolução por quatro ou cinco; de uma nação onde as mulheres não podiam ser donas de si. O futuro de uma pátria chamada ao sofrimento de uma guerra colonial que não queria que fosse sua, mas que fez das convicções de paz e fraternidade a sua maior arma; de uma nação onde os jovens tinham de decidir matar, morrer ou fugir à pátria;...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — ... de um país onde muitos levantaram a voz e usaram a arte pelos que eram silenciados; onde muitos resistiram, unidos contra a servidão de quem, agarrado ao poder, via e fingia não ver, ouvia e fingia não ouvir; de um Portugal que sonhava em ser livre.

Aplausos do PSD.

Como as estrofes imortais de Camões que narram feitos dos «heróis do mar» ou as palavras apaixonadas de Torga que ecoam pelas serras de alma lusitana, a nossa história é farol de luz que nos guia, porque um país sem memória traça o seu próprio fim.

Hoje, mais do que um justo elogio ao passado, que agradecemos e admiramos, importa renovar um compromisso com o futuro.

Aplausos do PSD.

A minha geração nasceu e cresceu em democracia. Somos filhos de um Portugal que, tal como a semente, germinou na escuridão para dar flor e fruto em liberdade.

Mas questionemos: vibra hoje tão intensamente como há 50 anos a chama da liberdade? Estamos tão comprometidos com a liberdade individual como há 50 anos? Vivemos com igual empenho a democracia?

Não podemos admitir que a melhor versão da nossa democracia tenha ficado no passado, cristalizada na Revolução dos Cravos.

Vozes do PSD e do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Abril não é apenas um marco na história, é uma revolução contínua e inacabada.

Abril desafiou os grilhões do passado e abriu portas a um futuro de sonhos e possibilidades; trouxe a insatisfação, a inquietação e o desassossego; trouxe a liberdade que liberta, a liberdade de ser, de pensar, a liberdade para ambicionar mais e melhor e para tomarmos o futuro nas nossas mãos.

Nos 50 anos da democracia, somos chamados a ser os guardiões do seu futuro, de uma democracia melhorada e reconciliada com o povo, que não se contenta em sobreviver, mas que procura florescer com a intensidade de Abril de 1974, de Novembro de 1975 ou da ida às urnas para a Assembleia Constituinte.

A voz do povo é a maior força da democracia. Por isso, a Casa da democracia deve escutar o povo, para devolver ao povo a concretização das suas legítimas expectativas.

Aplausos do PSD.

A solução está nesta Câmara, em cada um de nós, recusando que os extremistas radicalizem a sociedade,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — ... dividindo-a em dois: os políticos e o povo.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

Não! Os políticos estão ao serviço do povo. Os políticos são, também eles, o povo. Os nossos corações aceleram tanto quanto conquistamos em conjunto e apertam tanto quando falhamos coletivamente.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

Porque aqui não há «nós» e «eles». Somos todos Portugal.

Aplausos do PSD e da IL e de Deputados do PS.

Hoje, temos liberdades que não tínhamos há 50 anos, mas há um Portugal que está por fazer. Onde está a liberdade sem verdadeira igualdade de oportunidades?

A igualdade de oportunidades vem com a solução aos problemas das pessoas — que sabemos existirem — , que este Governo e esta Assembleia estão dedicados em resolver: elevando o debate político; convocando a tolerância e o diálogo para a atividade parlamentar; percebendo que aqui não são os partidos que ganham ou perdem, são os portugueses que têm de ganhar;...

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

... rejeitando soluções simplistas para desafios complexos, jamais tratando os extremismos com mais radicalismo; levantando a voz a qualquer revisionismo histórico de saudade soviética; reforçando a responsabilização dos titulares de cargos públicos; combatendo o populismo, a demagogia e a desinformação; envolvendo a sociedade civil, dando lugar às novas gerações e a mais mulheres na política; lutando por uma justiça que funcione, apoiando o jornalismo independente; rejeitando vagas «wokistas», a nova censura «do bem» e a doutrinação da educação protagonizados por extremismos em polos opostos de pensamento ideológico;...

Aplausos do PSD.

... substituindo a política de café e do comentário nas redes sociais por mais participação na comunidade; rompendo com os interesses instalados; concretizando as reformas pelas quais o País grita; dizendo «não» a quem quer dividir o País.

Aplausos de Deputados do PSD.

O futuro da nossa democracia não é certo, mas a forma como o preparamos é a chave para melhor a defender, com mais progresso, mais solidariedade, mais respeito pelas pessoas e pela dignidade que a todos deveria estar consagrada, pelo planeta e os seus recursos.

Que os feitos grandiosos nos inspirem a erguer novos horizontes de esperança. Que a minha geração, que as diferentes gerações façam, cada uma, a sua parte para que Portugal possa ser novamente sonhado, para um futuro com história, porque contar-se-á desta história a mudança que soubermos protagonizar.

Pela «nação valente» que é de todos — dos que a construíram e dos que a herdaram; dos militares, combatentes, e dos que têm uma dívida de gratidão para com eles; dos mais afastados da política e dos que exercem funções públicas; dos que se desiludiram e dos que precisamos que voltem a votar; do interior e do litoral; das ilhas e do continente; dos mais novos e dos mais velhos; dos que, em desalento, emigraram, e dos filhos de Portugal que queremos que voltem a casa;...

Aplausos do PSD e da IL.

... de homens e mulheres —, independentemente de quem somos, de onde vimos, de quem amamos, que cada português, onde que quer esteja, saiba que o coração da pátria bate em uníssono com o seu, porque a essência da liberdade está dentro de nós e é ela «quem mais ordena».

Viva Portugal.

Aplausos do PSD (de pé), da IL e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.^a e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Srs. Presidentes António Ramalho Eanes e Aníbal Cavaco Silva, Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, Sr.^a e Srs. Presidentes João Bosco Mota Amaral, Jaime Gama, Assunção Esteves, Eduardo Ferro Rodrigues, Sr.^{as} e Srs. Embaixadores, Ilustres Convidadas e Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caras e Caros Cidadãos: Uma primeira palavra para os Capitães de Abril; uma palavra que partilho com todas as mulheres e homens que saíram à rua naquele dia.

Temos o protocolo e o ritual do 25 de Abril, discutimos muito as causas, as consequências, a teoria, a ideologia e a política do 25 de Abril, alimentamos debates e guerras culturais sobre Abril e esquecemo-nos do mais simples, do mais elementar: se o 25 de Abril tivesse falhado, o regime teria sobrevivido. Pior, mas teria sobrevivido.

Os portugueses teriam sobrevivido. Pior, muito pior, mas teriam sobrevivido. Este País teria um amanhã. Pior, certamente pior.

Se o 25 de Abril tivesse falhado, os únicos que não teriam um amanhã seriam estes homens. E sabiam-no! Todos o sabiam, e mesmo assim fizeram-no. E a maior parte deles voltou a fazê-lo no dia 25 de Novembro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Era mais fácil não sair à rua, ter um pretexto ou inventar uma desculpa. Era mais fácil optar pela neutralidade ou permanecer a meio do caminho. Nenhum deles seria julgado por ficar; todos seriam julgados por fazer.

Esta é a definição de coragem, e coragem física, concreta, real, porque os discursos — como este — fazem-se de palavras e simpáticas intenções, mas a história faz-se de coragem e de ações.

Aplausos do PSD e da IL.

Este é o princípio que me leva à segunda palavra desta minha intervenção.

Um dos grandes mitos do 25 de Abril é o *slogan*, tantas vezes repetido, de «um dia sem sangue». Sr.^{as} e Srs. Deputados, há, pelo menos, quatro famílias que discordam desta ideia.

Naquele dia, houve gente que estava no sítio errado à hora errada, gente que saiu de casa para apoiar a Revolução, gente que já não voltou a casa. Foram as últimas vítimas da polícia política do regime e é tempo de dizer os seus nomes nesta Sala: Fernando Giesteira;...

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN.

... Fernando Barreiros dos Reis;...

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN.

João Arruda; e...

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN.

... José Barneto.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN.

Não basta dizer os seus nomes, é preciso expressar a nossa gratidão.

Esta semana, tomei a iniciativa de convidar as famílias para, pela primeira vez, estarem nesta Sessão Solene. O convite foi para que vissem com os próprios olhos o que o sacrifício dos seus conquistou, a ver-nos e a ouvirmos. E aqui está a família de Fernando Barreiros dos Reis. Peço, por isso...

Aplausos gerais, de pé.

la pedir que a Assembleia, em uníssono, batesse palmas, mas não foi preciso, pelo que não é necessário dizer esta parte que tinha aqui na minha intervenção.

Risos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de associação, democracia, saúde, educação, justiça, habitação, separação de poderes, desenvolvimento, são, repetindo o lugar-comum, conquistas de Abril; princípios consagrados como direitos concretos, direitos, até, constitucionais.

Mas há outros princípios que Abril nos trouxe e que raramente valorizamos. Princípios que devem, também, ser considerados como direitos e que o poder político até tem dificuldade em gerir: o direito e o dever de exigir mais de quem nos governa; o direito e o dever de concretizarmos os nossos sonhos individuais. Nada disso existia no dia 24.

Alguns podem dizer que Abril está por cumprir. Direi que, cinco décadas depois, Abril mudou; só podia mudar.

O País quer mais, exige mais: mais saúde, mais educação, mais justiça, mais habitação, mais desenvolvimento. E o País tem razão. Continuamos a querer concretizar os nossos sonhos; temos é mais sonhos e temos sonhos maiores.

Temos a certeza vivida de que só há verdadeira liberdade com autonomia e independência financeira, enquanto País e enquanto indivíduos. Esta exigência permanente, evolutiva e mutável dos portugueses é a pesada herança que os Capitães de Abril deixaram a esta Câmara, mais concretamente, a todos nós, aos políticos. E é essa pesada herança que explica tantos e tantos portugueses desiludidos, tantos e tantos portugueses zangados, tanta e tanta polarização, tanta radicalização e tanto populismo.

Devemos culpar os portugueses por isso? Devemos culpá-los pelas suas escolhas nas urnas?

Tenho genuínas dúvidas de que a resposta a isto seja mais ideologia, mais guerras culturais, mais partidarização, mais tática política ou mais jogos parlamentares. A desilusão de uns resolve-se com boa governação; a polarização de outros resolve-se com soluções, com ações concretas e não com palavras e discursos mais ou menos inflamados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — E notem a expressão que propositadamente usei; «resolver». Não disse «combater».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — A Casa da democracia não é um castelo fechado em si mesmo, protegido atrás de grades que, por conforto ou segurança, simbolicamente fomos deixando ficar. A Casa da democracia não pode servir para defender o regime — essa era a outra, a dita «Assembleia Nacional». E muito menos a Casa da democracia serve para defender a democracia. Serve, isso sim, para construir a democracia todos os dias, com mais políticas que política, com mais coragem que jogos ou preocupações com a popularidade. A diferença entre defender e construir é a diferença entre 24 e 25 de Abril.

Aplausos do PSD, da IL, do PAN, de Deputados do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o primeiro a perceber isto mesmo terá sido Mário Soares. Soares — essa personalidade quase tão polémica quanto marcante — foi a personificação maior de um espírito de bom senso e sabedoria que hoje, em política, chamamos de moderação.

O homem que combateu o Partido Comunista Português nas ruas foi o mesmo que não permitiu a sua ilegalização. O homem que amnistiou Otelo foi o mesmo que trouxe Spínola para junto de si. O que alguns podem chamar de contradições ideológicas e políticas, ele chamaria de reconciliação,...

Aplausos do PS, de Deputados do PSD e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

... de respeito pela diferença de pensamento, pela diversidade das ideias; não por uma casta noção de tolerância, mas pela certeza de que o País só cresce e só se desenvolve com a diferença e pela diferença, com a certeza de que a diferença exige mais de nós — muito mais de nós! — e de que a diferença soma e acrescenta. Isso é sabedoria, isso é bom senso.

Como português, cidadão e eleitor, só posso esperar o mesmo para esta Casa: o respeito pela diferença de que a composição desta Assembleia é hoje exemplo, fruto da afirmação livre da vontade popular.

Aplausos do PSD, de Deputados do PS, do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida e do Deputado do CH Diogo Pacheco de Amorim.

Diferença que todas as semanas exercitamos com a exigência de elevação que distingue o ser democrata.

Sim, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu ainda sou do tempo em que tínhamos parlamentares aparentemente muito educados, formalmente muito respeitadores da dignidade das instituições, que pensavam todos da mesma forma, que concordavam uns com os outros e que diziam as mesmas coisas. Esta Assembleia já teve isso mesmo.

E depois, fez-se o 25 de Abril.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP (de pé), do PS, do L, do PAN e de Deputados do CH.

Vai agora usar da palavra Sua Ex.^a o Presidente da República.

O Sr. Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Srs. Presidentes António Ramalho Eanes e Aníbal Cavaco Silva, Srs. Capitães de Abril, Sr.^a e Srs. Presidentes João Bosco Mota Amaral, Jaime Gama, Assunção Esteves e Eduardo Ferro Rodrigues, Srs. Primeiros-Ministros Francisco Pinto Balsemão e José Manuel Durão Barroso, Srs. Embaixadores, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Excelências, Portugueses: Cinquenta anos passaram desde que um império de cinco séculos acabou. Uma ditadura de quarenta e oito anos foi deposta. Do império nos virámos para a Europa. Mudámos quatro vezes de regime económico.

Parece que foi ontem, ou anteontem. Mas não foi — foi há meio século.

Dei hoje comigo a ver-me há 48 anos, sentado neste Hemiciclo, na Assembleia Constituinte, e não encontro aqui — a não ser dois antigos Presidentes da Assembleia da República e um antigo Primeiro-Ministro, também conselheiro de Estado, Constituintes, e alguns Capitães de Abril — muitos mais desse tempo, nesta Sala. É a lei da vida.

Decididamente, até por isso, vale a pena tentar compreender o 25 de Abril: porque não foi antes, porque foi como foi, o que uniu, mas dividiu, os seus tempos e modos, e como chegámos até hoje.

Primeira questão: porque foi tão tarde o 25 de Abril?

Porque vários impérios coloniais ainda eram tidos por quase eternos até ao fim da II Guerra; porque esse sonho e ilusão durou entre nós nos anos 50 e, para uma ditadura em queda, após a campanha presidencial de 1958, se converteu, com as guerras de África, na última narrativa-alibi para tentar sobreviver; e porque o sucessor do chefe do regime só em 1972 tornou totalmente visível a impossibilidade de democratizar, sequer de liberalizar e, sobretudo, de descolonizar.

Assim, as tentativas militares e civis de abreviar o império, de obrigar à sua transição, de preparar o seu fim, falharam todas. As da oposição, sempre severamente reprimidas; as da situação, sempre ignoradas. O império, mesmo já sem futuro, agarrou-se, e com ele a ditadura, à ilusão da sobrevivência impossível.

Segunda questão: porque foi como foi?

Porque só assim teria sido possível. A ditadura nascera pela mão das Forças Armadas, dos jovens oficiais revoltados com a indiferença política perante a sua quase solitária luta na Grande Guerra.

A ditadura cairia pelas mãos de outros jovens capitães, com uma, duas, três, quatro, cinco comissões africanas, livres, conhecedores do terreno e da situação nele vivida, descomprometidos ou mesmo opositores à ditadura.

Em menos de um ano, passaram da luta pela dignidade da condição militar aos olhos da sociedade portuguesa para a análise do que se vivia em África e para duas conclusões: não se antevia solução política para a guerra e, apesar do corajoso combate de centenas de milhares de jovens, não havia vitória militar possível nessa guerra, num tempo em que as guerras não duravam décadas e num país com mais de um milhão de portugueses a emigrar em pouco mais de 10 anos. Se não responsabilizassem o poder da ditadura, acabariam por ficar os únicos responsáveis por aquilo que não tinham decidido e não tinham tido condições para mudar.

Em menos de um ano, aqueles jovens militares organizaram-se, prepararam-se, concluíram que a ditadura devia cair e que deveriam ser eles a derrubá-la. Não os políticos que governavam. Não os grupos económicos, mesmo os mais abertos à Europa, mas ainda ligados a África. Não apenas os abnegados partidos, sindicatos, movimentos, militantes de décadas de resistência. Não apenas os estudantes, a cultura, aquela parte da Igreja Católica já em mudança. Só eles, ligados a todos os mais, mas os únicos com poder militar para depor um regime desde sempre assente no poder militar que controlara.

E fizeram-no sem sangue, a não ser — recordou V. Ex.^a muito bem e muito justamente — o do desespero da polícia política da ditadura, que fez derramar, num dia de «revolução sem sangue», sangue de vítimas inocentes.

Daqui saúdo, com gratidão que não prescreve, os jovens Capitães de Abril, os únicos a poderem ter feito o que fizeram em 25 de Abril de 1974. Saúdo-os a todos: aqueles que temos hoje connosco e aqueles que partiram durante este meio século.

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L, do PAN e de Deputados do PSD.

Terceira questão: porque foi tão agitado o pós-25 de Abril, o chamado processo revolucionário, de cerca de dois anos?

Porque o movimento militar se converteu, pela presença massiva do povo, em Revolução. Porque dentro de qualquer revolução não há uma, mas inúmeras revoluções, com projetos diferentes e líderes diversos, militares e civis, já que aos partidos vindos da clandestinidade se juntaram outros, entretanto formados.

E como em todas as revoluções, e como em todas as constituintes e constituições, há quem ganhe e há quem perca. E isso mudou ao longo da Revolução. Uns queriam, primeiro, levar mais longe a sua revolução, outros abreviá-la com a sua Constituição. E dentro de uns e de outros, e dos pactos assinados entre os jovens Capitães e partidos, muito foi mudando entre 1974, 1975 e 1976, sendo então Presidentes dois destacados chefes militares e governantes na ditadura — um destemido detonador de consciências pela sua obra de 1973, nas vésperas de Abril, o outro viria a ser decisivo para evitar um confronto civil em novembro de 1975.

No fim, ganhou um setor político-militar, protagonizado, de algum modo, pelo *Documento dos Nove*, de que sairia o nome do candidato a primeiro Presidente da República eleito, aqui hoje connosco, essencial na transição da Revolução para a democracia, que saúdo muito efusivamente, sempre teimosamente avesso, na sua humildade, a todas as homenagens, incluindo a do marechalato.

Aplausos do PSD, do PS, do CH, da IL, do L e do CDS-PP (de pé), do BE, do PCP e do PAN.

Também ganhou um partido, que liderou, várias vezes, uma frente ampla na Revolução e arbitrou — fui disso testemunha — os difíceis compromissos na Constituinte.

Um partido liderado por um homem que acabou por ser, de facto, o imediato vencedor civil da Revolução. Já não está entre nós, mas este ano celebra-se o centenário do seu nascimento e é justo evocá-lo, até por ter somado um percurso singular na Revolução e na democracia a uma longa luta contra a ditadura.

Aplausos do PSD, do PS e do L (de pé), da IL, do BE e do CDS-PP.

Ele foi o imediato vencedor civil, mas a história recorda, com o devido relevo, três outros principais pais fundadores do sistema partidário, desde logo, que enumero pelo peso dos seus partidos na Constituinte.

Aquele que foi o primeiro Primeiro-Ministro do hemisfério oposto ao vencedor civil imediato e que teve um papel muito marcante na génese da democracia. Apesar de ter estado meia Revolução afastado por doença e, depois, tragicamente morto, muito no começo de uma carreira notável.

Aplausos do PSD, do PS, do CH, da IL, do L e do CDS-PP (de pé), do PAN e da Deputada do BE Joana Mortágua.

O segundo, seguindo a ordem do peso na Constituinte: o mais antigo e mais persistente lutador contra o salazarismo, com mais provas de resistência na prisão, na clandestinidade e no exílio.

Aplausos do PS, do BE, do PCP e do L (de pé), do PAN e da Deputada do PSD Teresa Morais.

E o terceiro: o líder da formação mais conservadora, que votou mesmo contra a Constituição, mas que garantiu, em tempos muito difíceis, a existência de um mais amplo leque de pluralismo político em Portugal. Não o podemos também esquecer.

Aplausos do PSD, do PS, do CH, do L e do CDS-PP (de pé), da IL e do PAN.

Muitos e muitos outros, como eles, batalharam e tantas vezes venceram. E outros batalharam e perderam, pouco ou muito. E alguns se desiludiram: uns, no próprio 25 de Abril, outros no 28 de Setembro, outros no 11 de Março, outros no «Verão quente», outros no crucial 25 de Novembro — que acabou por definir o desfecho da Revolução e, por isso, a justo título, tal como a Constituinte e a Constituição, desde sempre foi pensado para integrar as celebrações de Abril, que só terminarão em 2026 —, outros ao longo dos últimos 50 anos.

É assim a história, faz-se e refaz-se de altos e baixos, amiúde mais de baixos do que de altos.

Quarta questão: esses altos e baixos terão comparação com qualquer outro movimento político, militar, social na nossa história contemporânea, na história dos nossos parceiros europeus mais antigos ou dos nossos parceiros europeus mais recentes?

Não, não tem comparação.

O 25 de Abril implicou, ao mesmo tempo, o fim de um império de cinco séculos; o fim de uma ditadura de 48 anos; a integração económica e política na hoje União Europeia e quatro mudanças de regime económico — de uma economia meio colonial, meio europeia, para afirmadamente europeia; nacionalizações e expropriações revolucionárias; reprivatizações mais tardias e lentas, para mãos portuguesas e, anos volvidos, numa parte, de mãos portuguesas para mãos estrangeiras.

E tudo num tempo concentrado. Descolonização, nacionalizações e expropriações em 1974 e 1975, fora os efeitos decorrentes. Democratização só verdadeiramente completada com o fim do período transitório, em 1982. A entrada na Europa, em 1986. A reprivatização dos setores-chave da economia, a partir de 1992 e quase até ao presente. A CPLP, em 1996.

Nenhuma outra revolução ou golpe militar foram comparáveis na nossa história contemporânea — 1820, 1910 ou 1926.

Nenhum outro império europeu moderno enfrentou todos estes desafios ao mesmo tempo em menos de 30 ou 40 anos. O espanhol, findara no século XIX. O britânico ou francês, no termo da Segunda Guerra, e estes dois já eram democracias consolidadas e integradas na Europa.

Nenhum dos nossos parceiros de Leste tivera impérios extraeuropeus nem vivera descolonização com democratização, com integração europeia e quatro mudanças de regime económico como nós.

Por isso, é injusto comparar o incomparável, esquecer os custos globais daquilo que vivemos e até os custos da Revolução, que só existiu porque a ditadura não soube, ou não quis, fazer uma transição, ao contrário da vizinha Espanha.

Quinta questão: e como foi, com esses custos, com tão complicados prazos, o só ser democracia plena oito anos depois de 1974, só ser integração na Europa 12 anos depois, só ter economia como europeia 18 anos depois, só constituir a CPLP 22 anos depois? Como foi?

Sabemos como foi.

Três ciclos se sucederam, muito diversos: o ciclo da estabilização do regime político de 1976 a 1986, nascido à esquerda, terminado à direita; o ciclo da estabilização do regime económico, de 1986 a 1996, à direita; o ciclo dos novos desafios externos e internos, de 1996 até hoje, esmagadoramente à esquerda, com duas janelas à direita.

Primeiro ciclo — da estabilização do regime político —, com dois protagonistas cimeiros: o Presidente saído dos vitoriosos militares, que pilotou a transição da Revolução para a democracia, e o Primeiro-Ministro saído dos vencedores civis da revolução, que lhe sucederia em Belém, em 1986. Entre governos partidários, governos presidenciais, cumprimento escrupuloso pelos militares da promessa de regressar aos quartéis em 1982, abertura do acesso ao poder executivo do hemisfério de direita — foram 10 anos agitados, de executivos breves, de indefinição do modelo económico, culminando na adesão às Comunidades Europeias em 1986, assim acabando por escolher o modelo económico para o futuro.

Segundo ciclo — o da estabilização do regime económico —, também com dois protagonistas cimeiros: o Presidente da República, primeiro Presidente civil, como fora o primeiro Primeiro-Ministro em democracia, e o mais duradouro Primeiro-Ministro da democracia. Ciclo este que beneficiou da adesão europeia e dos seus fundos e da permanência do mesmo partido no Governo desde 1979 até 1996, embora com dois anos partilhados de permeio. Ciclo que reforçou a estabilidade governativa, introduziu o equilíbrio financeiro e, no quadro do regime económico, lançou as privatizações. O Primeiro-Ministro viria, mais tarde, a ser o quarto Presidente da República e o primeiro do hemisfério de direita.

Aplausos do PSD (de pé), da IL, do CDS-PP e de Deputados PS.

Terceiro ciclo — dos novos desafios, externos e internos —, com múltiplos novos protagonistas, com especial relevo para o terceiro Presidente da República, fundamental na crise de Timor-Leste e que desempenhou, ao longo da sua vida política, em particular, um duplo papel de concertação dos hemisférios de esquerda e de direita e de convergência de toda a esquerda. Também ele merece a nossa evocação.

Aplausos do PS, do BE e do L (de pé), do PCP, do PAN e de Deputados PSD.

E, depois, inúmeros primeiros-ministros, de que cito apenas dois, pelos cargos internacionais: o futuro Secretário-Geral das Nações Unidas e o já passado Presidente da Comissão Europeia.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Iniciado com o tempo porventura mais esperançoso quanto ao mundo, à Europa e Portugal — foram os anos de meados de 1990 até o final da década —, depararia, depois, com crises económicas, com crises sociais, com crises sanitárias, externas e internas, mas também com o envelhecimento da sociedade portuguesa, com a repercussão em antigas e novas desigualdades, coexistindo com mudanças estruturais, novas exigências de qualificação, novos modelos energético e digital e internacionalização económica. Sob o manto da persistência da matriz governativa vinda dos primórdios da democracia, regime político e sistema partidário começavam a conhecer alterações sensíveis.

Sexta questão, e mais recente: Cinquenta anos passaram; mundo, Europa e Portugal mudaram — aquilo tudo que foi sumariamente evocado não ficou ultrapassado?

Os mais novos desconhecem parte destes 50 anos. Muitos dos menos novos dele têm recordações distantes. Apareceram novas ideias, novos movimentos, novos partidos, novos parceiros, novos fenómenos mediáticos, novos problemas sociais, a somar aos antigos; desafios externos a agravar os do foro doméstico.

No que correu bem ou muito bem após o 25 de Abril — na saúde, na educação, nos direitos fundamentais, no papel da mulher, na atenção aos excluídos, na solidariedade social, na mobilidade, na abertura, na tolerância e em tanto mais —, muito ou parece ser já de outros tempos, ou precisar do impulso de novas gerações, ideias e pessoas?

É inevitável e é bom que assim seja. Antes que Abril — que os estudos recentes de opinião mostram que é partilhado como um marco histórico único na nossa vivência coletiva, em percentagens esmagadoras — fique, ou acabe por ir ficando, saudosismo, nostalgia, mais passado do que futuro, o que fazer? Como fazer?

Tomar aquilo que de mais forte, mais duradouro, mais redentor, mais promissor tem Abril, e com isso ir recriando Portugal. Esse valor único, singular, que nunca morreu, nunca se apagou, nunca se enfraqueceu, chama-se liberdade, democracia e vontade do povo.

Então, reconheçamos essa força vital da democracia e tenhamos a humildade e a inteligência de preferir sempre a democracia, mesmo imperfeita, à ditadura.

São democracias, mesmo inacabadas, as sociedades mais fortes e criativas do mundo.

Aplausos do PSD e do PS.

Como são as humanamente melhores, como são as ambientalmente mais avançadas, como são as mais livres, mais plurais, mais abertas, menos repressivas, menos persecutórias, menos intolerantes, menos avessas à diferença, mais abertas a todos — mesmo a todos! —, incluindo aqueles que contestam, no todo ou em parte, essa democracia.

Há-as, na qualidade, mais democráticas e menos democráticas? Sim, consoante a qualidade política ser acompanhada pela qualidade económica, social e cultural, no fundo, a igualdade.

Mas ninguém quer trocar uma democracia menos perfeita por uma ditadura, ainda que sedutora ou escondida por detrás de tiques iliberais. Nós, em Portugal, não o queremos. Queremos é maior qualidade económica, social e cultural para dar força a melhor qualidade política.

Excelências, Portugueses: comecei as minhas palavras recordando o Constituinte de 20 e poucos anos que eu era, a votar, há 48 — levantado além, na última fila do Hemiciclo, entre o centro e a direita —, a Constituição da República Portuguesa; em liberdade, com uns, a maioria esmagadora, a aprovarem, com outros, em liberdade, a rejeitarem. Terminei, com uma memória uns anos mais antiga, no final dos anos 60, sentado na terceira fila da Galeria, ironicamente por detrás da futura bancada de 1976, acompanhado de colegas estudantes universitários, olhando para os que falavam. E todos eles, escolhidos um a um, por uma pessoa, e só ela, líder vitalício, ou líder sem prazo, do partido único não assumido, aqui chegados por vontade do chefe, não pela vontade do povo. Um Hemiciclo tão diferente, tão oposto ao de 1976, ao dos últimos 50 anos, ao de hoje. Um Hemiciclo de escolha popular seria impossível de encontrar em 1935, em 1945, em 1955, em 1965, em 24 de Abril de 1974. Definitivamente o caminho que queremos não é esse, o da ditadura; é outro, o da democracia. Mas o de cada vez melhor, muito melhor democracia, pelo futuro de Portugal.

Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade! Viva a democracia! Viva Portugal!

Aplausos do PSD, do PS, do L, do CDS-PP e do PAN (de pé), do BE e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Declaro encerrada a Sessão Solene Comemorativa do L Aniversário do 25 de Abril, sendo que vamos ouvir o hino nacional.

Eram 13 horas e 34 minutos.

A Banda da Guarda Nacional Republicana executou, de novo, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.